

-----**ACTA Nº 15/2009**-----

-----**DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 1 JUNHO DE 2009**-----

-----Ao primeiro dia do mês de Junho de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Faltou o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Foi presente a justificação de falta do Senhor Presidente da Câmara e foi considerada justificada a falta da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Verificou-se a assistência de público e da imprensa. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Vice-Presidente perguntou se alguém queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício que solicitou cópia do Relatório remetido pela Inspeção Geral da Administração Autárquica, nos termos da alínea s) do número um do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/2002 de um de Novembro, conjugada com o artigo terceiro, número um, alínea a), e quinto da Lei número quarenta e seis de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto.-----

-----O Autarca orador leu o seguinte requerimento que

posteriormente entregou ao Vice-Presidente da Câmara e que a seguir transcrevo: "Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim -----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. nº 2026036 (A.I. de Santarém), residente na Rua António Sérgio, nº 22 - A, 1º Esqº 2080-062, em Almeirim, e vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, vem de acordo com o estipulado na alínea s) do nº 1 do artº68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, conjugado com artº13º e previsto no artº 5º da Lei 46/2007 de 24 de Agosto, que se digne mandar entregar-me uma cópia do RELATÓRIO elaborado pela IGAL- Inspeção Geral da Administração Local, relativo à acção de inspecção realizada ao Município e que já foi remetido a V.Exa conforme informação de vinte e dois de Maio de dois mil e nove do senhor Inspector Geral da Inspeção Geral da Administração Local (cf. www.igal.pt). "-----

-----O mesmo Autarca perguntou porque motivo os habitantes da Freguesia da Raposa ainda não foram informados do encerramento da ponte.-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse: "Queria esclarecer o Senhor Vereador Francisco Maurício na sua linguagem acutilante porque é que ainda não foi informada a população. Primeiro, só tivemos conhecimento que a ponte iria ser fechada há pouco tempo; Segundo, estamos à procura de uma solução que poderá passar pela colocação de uma ponte militar, e estamos à espera de uma solução final para posteriormente informar-mos a população, mas já apresentando uma solução."-----

-----O Vereador Francisco Maurício pediu em defesa da sua honra o uso da palavra e disse: "Se a linguagem acutilante é dizer que seria bom informar-se a população, não entendo. Sabendo que as Estradas de Portugal não tinham a mínima ideia do que se iria fazer de forma a permitir a passagem dos carros. A Câmara fez todas estas diligências, mas não fez um ofício ou edital a comunicar aos habitantes o encerramento da ponte."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse: " A ponte vai fechar dia oito de Junho e a informação à população dependeria da solução que a Câmara conseguiria arranjar. Amanhã já se irá fazer uma informação de quais os veículos que podem circular na ponte. Contudo, eu lamento que as Estradas de Portugal não tenham informado a Autarquia com mais tempo e neste momento não é possível atrasar o fecho."-----

-----O Senhor Vice-Presidente distribuiu pelos seus pares dois bilhetes para a Feira Nacional da Agricultura e sugeriu a visita ao stand da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), onde estão todos os Municípios presentes.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que a Feira Nacional de Agricultura já lhe enviou um convite de livre transito. -----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos pediu o uso da palavra e leu o requerimento, cuja cópia em entregou e que a abaixo transcrevo: -----

-----" Pedido de Cópia - Inspecção ao Município de Almeirim - IGAL-----

-----Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/ PSD na Câmara Municipal de Almeirim, tendo sido notificado, em 25.05.2009, pelo Exmo. Senhor Inspector-Geral da Administração Local que poderia solicitar o relatório da auditoria realizada ao Município no início de 2009, vem, ao abrigo disposto na alínea q) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda o Despacho n.º 16.174/2000, 2.º série, n.º 183, de 9 de Agosto, solicitar a V. Exa. cópia do referido relatório para os devidos efeitos legais."-----

-----O Senhor Vice-Presidente perguntou ao público se alguém queria usar da palavra.-----

-----Usou da Palavra o Senhor Manuel Lucas que dirigindo-se à comunicação social disse: "Quero que me dispensem de aparecer mais na comunicação social."-----

-----Continuou o seu diálogo e acrescentou: "Como não há duas sem três, talvez seja ouvido desta vez, uma coisa que me deixa um bocado triste é o portão do Instituto da Vinha e do Vinho, IVV, não ter sido soldado, e soube que a casa do Senhor Ribeiro da Junta está a ser ocupada por estrangeiros. A habitação poderia ser arrendada a uma família carenciada do nosso Concelho."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos disse que estão a começar os trabalhos de electrificação da fachada do citado edifício. Vão também ser fechados a blocos de cimento as janelas e os portões, por forma a impedir a entrada de estranhos.-----

-----Usou também da palavra o Senhor Arnaldo Sá e Seixas que disse: " O muro ao lado da Encherim apresenta problemas; a adega do Senhor Joaquim Laudácias é um cóio de droga, congratulo-me com o túnel frente ao Mercado Municipal."-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**4- OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais, referente aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Francisco Manuel da Conceição Pintor - vinte e quatro; Cristina Isabel Bento Domingos, cento e dezasseis, ambos de dois mil e oito.-----

-----PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - Foi presente o pedido de informação prévia, requerido por Quinta do Foral - Imobiliária, Lda, sobre a viabilidade de um loteamento urbano para o prédio sito na Barreira Branca, em Almeirim.-----

-----O processo esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.-----

-----Esteve Presente o Senhor Arquitecto António Forte que

prestou esclarecimentos às questões colocadas pelos Senhores Autarcas.-----

-----Posto a votação o pedido de informação prévia acima referido, foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----PEDIDO DE LOTEAMENTO - Foi presente o processo de loteamento número um de dois mil e nove, requerido por Ana Mafalda Correia da Silva da Camara de Siqueira, para a Rua Dr. António Marques Cruz Rosa em Almeirim.-----

-----O processo esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.-----

-----Esteve presente o Senhor Arquitecto António Forte que prestou esclarecimentos às questões colocadas pelos Senhores Autarcas.-----

-----Acompanha informação do Técnico acima referido do seguinte teor: "A requerente vem apresentar um pedido de licenciamento de uma operação de loteamento urbano com vista à constituição de um lote com cinco mil e quarenta metros quadrados destinada à implantação de uma área comercial com trezentos e cinquenta metros quadrados.-----

-----Tratando-se de uma operação urbanística confinante com um arruamento público (construído no âmbito das obras de urbanização efectuadas pelo ALDI), dotada de todas as infraestruturas, a presente operação de loteamento urbano deve ser considerada sem obras de urbanização.-----

-----Tendo em conta a área de construção prevista de trezentos e cinquenta metros quadrados, estaria, nos termos da Portaria nº 216-B/2008, a requerente obrigada à cedência de noventa e oito metros quadrados de terreno a afectar a espaços verdes de utilização colectiva e oitenta e sete virgula cinco metros quadrados a afectar a espaços de equipamento de utilização colectiva.-----

-----De acordo com a planta de cedência apresentada, é proposta a cedência de cento e noventa virgula dezassete metros quadrados

de terreno de forma indeterminada para os fins referidos no ponto anterior. Atendendo à exiguidade das áreas não faz sentido a sua individualização."-----

-----Posta à votação o pedido de loteamento acima indicado, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO - Foi presente a operação de loteamento número dois de dois mil e oito, requerida por Amândio Carvalho Pisco - Construção Civil, Lda, para a obra sita na Rua das Pedreiras em Fazendas de Almeirim.-----

-----O processo esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.-----

-----Esteve presente o Senhor Arquitecto António Forte que prestou esclarecimentos às questões colocadas pelos Senhores Autarcas.-----

-----O pedido é acompanhado de informação técnica, do Técnico, António Forte, do seguinte teor: "Apreciando o pedido e alteração do loteamento urbano constante do processo número dois de dois mil e oito, considerando que se pretende converter os quatro lotes destinados à construção de moradias unifamiliares geminadas em moradias unifamiliares isoladas, bem como os índices urbanísticos resultantes permanecem inalterados e em conformidade com o POMT, não se vê inconveniente o deferimento da pretensão devendo ser levado a reunião do executivo municipal."-----

-----Posto à votação do pedido de alteração do loteamento acima indicado, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que a sua declaração tem a ver com os três pontos anteriormente referidos e ditou a seguinte declaração de voto: " Voto a favor tendo em conta o parecer do Arquitecto Forte, merecedor da minha inteira confiança."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que subscreve na integra a declaração de voto do anterior orador.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS -----

-----FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A JOVENS E IDOSOS CARENCIADOS -
Foi presente a proposta do Grupo do Partido Socialista como segue:-----

-----"Considerando que se atravessam tempos difíceis;-----

-----Considerando que a alimentação, sobretudo nos Jovens e Idosos, é o contributo mais valioso para que se obtenha uma qualidade de vida com dignidade;-----

-----Considerando que há alunos que, provavelmente, a refeição das Escolas é a mais qualificada que ingerem;-----

-----Proponho:-----

-----Que a Câmara no período de férias grandes, continue a fornecer refeições aos alunos beneficiários de Auxílios Económicos, nos mesmos termos.-----

-----E que essas refeições sejam fornecidas também a alguns idosos, devidamente sinalizados e justificados pelos serviços sociais do Município."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou em que escolas vai funcionar.-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha referiu que vai funcionar uma escola por cada concelho.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos questionou se são as Juntas de Freguesia quem vão sinalizar as pessoas carenciadas.-----

-----A Senhora Vereadora respondeu que tudo será confirmado pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia e que esta medida não interrompe com as férias escolares.-----

-----Posta a votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração voto: "Voto obviamente a favor desta louvável iniciativa. Faço votos para que seja bem operacionalizada. É o reconhecimento dos Senhores Vereadores com pelouros que há

necessidade de tomar medidas de apoio aos mais carenciados. Era o que faltava era que se ficasse indiferente a quem passa fome. Não foi para isso que fomos eleitos. É com muito gosto que vejo uma ideia minha ser adoptada pelos Senhores vereadores com pelouros. Não me importo rigorosamente nada, é em benefício da população do Concelho.-----

-----Lembro que está na altura de lançar o concurso para as refeições escolares do próximo ano lectivo. Espero que desta vez haja competência profissional e rigor e que antes do início do ano seja possível efectuar a adjudicação. -----

-----Recordo que muito mais há a fazer. Há que tomar medidas de apoio ao pequeno comércio e à pequena indústria. Recordo que a dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove apresentei quinze propostas de "Medidas Sociais e de Relançamento da Economia Local" e Vossas Exas chumbaram-nas todas sem sequer as discutir. Poderia recordar sumariamente algumas, no entanto vou esperar que as queiram implementar e depois lembrá-los-ei. Todas estas propostas mereceram da maioria socialista um desprezo completo, reflexo da consideração que os nossos munícipes merecem desta maioria."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " Votei favoravelmente a proposta do Partido Socialista dado que contribui para combater a pobreza e a desigualdade social que se verifica no nosso Concelho.-----

-----Importa ainda salientar que o PSD tem vindo a apresentar um conjunto de medidas do âmbito social (desde o final do ano passado), pelo que esta medida vai ao encontro das várias soluções que o PSD tem vindo a apresentar e continuará a apresentar até Agosto."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos ditou a seguinte declaração de voto: " Subscrevi esta proposta porque tem sido uma preocupação através da Acção Social tentar sinalizar principalmente estes problemas com os idosos. Felizmente ainda não temos casos de pobreza extrema sinalizada, mas sim pobreza envergonhada e essa é a que nos preocupa muito. Por agora temos

que viver com essa mesma pobreza mas queremos por todos os meios combater-la e reduzi-la a um mínimo possível."-----

-----EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO - Foi presente a informação do Técnico Superior, Gilberto Xavier, comunicando que para completar o processo de contrato de empréstimo a longo prazo, no valor de cento e setenta e seis mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos, a contrair com a Caixa Geral de Depósitos, com vista a solicitar o visto do Tribunal de Contas, é necessário a aprovação das cláusulas contratuais em reunião do Executivo. As cláusulas contratuais são as que a seguir se transcrevem:-----

-----"Contrato de Empréstimo - Entre o Município de Almeirim, adiante designado por Município, pessoa colectiva de base territorial nº 501273433, representado pelo seu Presidente, e a Caixa Geral de Depósitos, SA., adiante designada por caixa, sociedade anónima, com sede em Lisboa na Avenida João XXI, 63, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, pessoa colectiva nº 500960046, com o capital social de 3 500 000 000 euros, representada por dois Directores da Direcção de Banca Institucional, em ambos os casos identificados junto das respectivas assinaturas, é celebrado o presente contrato, com a referencia 9015/006423/291 o qual se regerá pelas seguintes:----

-----Cláusulas Contratuais:-----

-----1.Natureza do Empréstimo - Abertura de crédito.-----

-----2.Montante Global do Empréstimo - Até € 176.799,47 (Cento e setenta e seis mil, setecentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos), uma parte do qual poderá ser co-financiado com fundos directamente mutuados pelo BEI à Caixa, sem quaisquer reflexos, no entanto, nas condições financeiras ou outras desta operação para o Município.-----

-----3.Finalidade - Financiamento do(s) seguinte(s) projecto(s) de investimento:-----

-----3º Troço da Circular Urbana de Almeirim - Entre a E.N. 114 e a Estrada de Vale Barrocas.-----

-----4.Prazo Global - 20 anos, a contar da data da perfeição do contrato.-----

-----5.Período de Utilização e Diferimento - Os primeiros 36 meses do prazo.-----

-----6.Utilização-----

-----6.1.A libertação de verbas do empréstimo, será feita, por parcelas e processar-se-á de acordo com as despesas de investimento realizadas e as necessidades de financiamento do(s) projecto(s).-----

-----6.2.A prova da aplicação das verbas utilizadas poderá ser feita por iniciativa do Município ou a pedido da Caixa, nos 60 dias subsequentes à libertação de fundos.-----

-----7.Forma de utilização - As libertações de fundos serão efectuadas mediante pedido escrito da Câmara Municipal para cada parcela, dirigido à DBI - Direcção de Banca Institucional (Avenida João XXI, 63 - 4º Piso 1000-300 Lisboa). As respectivas verbas serão creditadas na conta de Depósitos à Ordem nº 0060/000021/830, constituída em nome do Município na Agência da Caixa em Almeirim.-----

-----8.Taxa de Juro-----

-----8.1.O capital em dívida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com referencia ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período semestral de vigência do presente contrato (média essa designada por indexante), arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um "spread" de 1,874%, donde resulta, na data da feitura do contrato, a taxa de juro nominal de 3,482%, a que corresponde a Taxa Anual Efectiva (TAE) de 3,51231%, calculada nos termos do D.L. nº 220/94, de 23/08.-----

-----8.2.Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se a taxa Euribor na base de 360 dias divulgada pela Reuters, página "Euribor01".-----

-----8.3.Caso a taxa Euribor não seja divulgada, aplicar-se-á em sua substituição, igualmente convertida para a base de 360 dias,

a taxa Eurolibor para o mesmo prazo ou, na falta de divulgação desta, a taxa resultante da média das taxas oferecidas no mercado monetário do Euro às 11 horas de Bruxelas, para o mesmo prazo, por quatro bancos escolhidos pela CGD de entre o painel de bancos contribuidores da Euribor.-----

-----9.Pagamento de Juros e Reembolso do Capital.-----

-----9.1.No período de utilização e diferimento, os juros, calculados dia a dia sobre o capital em dívida, serão pagos em 6 prestações semestrais, ocorrendo a primeira seis meses após a data de perfeição do contrato.-----

-----9.2.Após o período de utilização e diferimento, o capital e os juros serão pagos em 34 prestações semestrais, de capital e juros, postecipadas e sucessivas, ocorrendo a primeira 42 meses após a data da perfeição do contrato.-----

-----10.Reembolso Antecipado - Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso.-----

-----11.Forma de Pagamentos - Todos os pagamentos que forem devidos pelo Município nos termos do presente contrato serão efectuados por débito na conta referida na cláusula 7. que aquele se obriga a provisionar antecipadamente com os fundos suficientes, ficando a Caixa autorizada a proceder aos movimentos necessários na data do vencimento.-----

-----12.Mora - Em caso de mora, a Caixa poderá cobrar sobre o capital exigível e juros correspondentes aos períodos mínimos legalmente previstos juros calculados à taxa de juro contratual, que em cada dia em que se verificar a mora estiver em vigor, acrescida de uma sobretaxa até 4% ao ano.-----

-----13.Garantia-----

-----13.1.Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos do empréstimo, o Município dá em garantia à Caixa as receitas municipais, com excepção das correspondentes a subsídios, participações e das que se encontrem consignadas.-----

-----13.2.Das receitas municipais, a Caixa fica autorizada, nos termos do artº 34º da Lei 2/2007, de 15/01, a receber directamente do Estado, até ao limite das importâncias vencidas e não pagas, as verbas correspondentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.-----

-----14.Refinanciamento - O Município aceitará colaborar com a Caixa, no caso de esta lhe vir a solicitar a transformação do presente financiamento em empréstimo obrigacionista, mantendo-se as condições financeiras e prazos e desde que dessa alteração não resultem quaisquer encargos para o Município.-----

-----15.Acompanhamento do Investimento - O produto do empréstimo deverá ser utilizado para financiamento dos(s) projecto(s) indicado(s) na cláusula 3. podendo a Caixa solicitar todos os elementos indispensáveis à prova da sua aplicação, devendo evitar-se situações de duplo financiamento.-----

-----16.Despesas - Ficam de conta do Município todas as despesas originadas pela celebração do contrato e outras que venham a ter lugar na vigência do mesmo, nomeadamente eventuais despesas judiciais.-----

-----17.Incumprimento/Exigibilidade Antecipada - A Caixa poderá resolver o contrato ou considerar antecipadamente vencida toda a dívida e exigir o seu imediato pagamento, no caso de incumprimento de qualquer obrigação assumida pelo Município.-----

-----18.Informação Diversa - O Município disponibiliza-se para fornecer, quando solicitados, quaisquer elementos de informação relativos à sua contabilidade e gestão, designadamente, o Balanço e a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Mapas de Empréstimos e de Outras Dívidas a Terceiros, bem como quaisquer outros relacionados com o Contrato e o seu cumprimento.-----

-----19.Lei Aplicável e Foro - Ao presente contrato e aos que o completarem ou alterarem, aplicar-se-á a lei portuguesa, sendo competente para dirimir qualquer pleito emergente do mesmo, o

foro da Comarca de Lisboa.-----

-----20. Formalidades - A produção de efeitos financeiros deste contrato fica dependente da obtenção das necessárias deliberações dos Órgãos Municipais competentes e do Visto do Tribunal de Contas. A aprovação da Assembleia Municipal deverá ser obtida por maioria absoluta dos respectivos membros em efectividade de funções, nos termos do nº 8 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15/01."-----

-----Postas a votação as cláusulas acima indicadas, para contratação do empréstimo a longo prazo no valor de cento e setenta e seis mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos, foram as mesmas aprovadas por maioria, com quatro votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício que ditou seguinte declaração de voto: " Abstenho-me porque estão a ser feitos demasiados empréstimos a médio e longo prazo que poderão hipotecar a capacidade de endividamento da Autarquia. Nos últimos quatro anos os empréstimos de médio e longa duração, bem como os leasings efectuados, constituem verbas demasiado elevadas."-----

-----O Senhor Vice-Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor porque para os bancos com que esta Autarquia trabalha o nosso raiting é A +++, ou seja é a mais elevada, que atesta bem da nossa capacidade financeira. -----

-----Gostaria de dizer que todos os empréstimos são para fazer face a despesas correspondentes à comparticipação nacional de obras do QREN. Se são bastantes, e não sou eu que o digo, é sinal de que há bastantes obras."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Declaro que a Caixa Geral de Depósitos procedeu a estes empréstimos com garantias, a garantia da banca são as transferências do Estado."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "O PSD votou favoravelmente este empréstimo ao abrigo da Lei, por considerarmos uma obra pública importante

para o nosso Concelho."-----

----- Para o assunto que se segue, não participou na discussão e
votação o Senhor Vice Presidente, por estar legalmente
impedido.-----

-----COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DOS BOMBEIROS - ATRIBUIÇÃO DE
MEDALHAS - Foi presente a proposta do Senhor Presidente que a
seguir se transcreve:-----

-----"Atendendo a que a Associação dos Bombeiros Voluntários de
Almeirim comemora este ano, sessenta anos e à semelhança do que
foi feito pelas comemorações do cinquentenário, proponho que a
Câmara Municipal de Almeirim atribua:-----

-----A medalha de valor e mérito, grau bronze, a todos os
bombeiros do corpo activo com vinte a vinte e nove anos de
serviço;-----

-----A medalha de valor e mérito, grau prata, a todos os
bombeiros do corpo activo com trinta a trinta e nove anos de
serviço;-----

-----A medalha de valor e mérito, grau ouro, a todos os
bombeiros do corpo activo com mais de quarenta anos de serviço;-

-----Inclusão do Comandante José Alberto Vitorino, com
atribuição da medalha de ouro pelo mérito que lhe é conhecido.-

-----A lista dos bombeiros proposta para atribuição das medalhas
é: Luís Miguel da Conceição Bento, Segundo Comandante, medalha
de bronze; José Manuel Branco Nunes, Subchefe, medalha de
bronze; Joaquim da Cruz Fidalgo, Subchefe, medalha de bronze;
Fernando Manuel Figueiredo Cardoso, Subchefe, medalha de bronze;
Luís Casimiro Fonseca Cruz, Subchefe, medalha de bronze; António
Vasco Aveiro Rodrigues, Bombeiro Primeira, medalha de Prata;
José António Roque Estêvão, Bombeiro Primeira, medalha de
bronze, Ramiro Carvalho da Costa Aranha, Bombeiro Primeira,
medalha de prata; António José Oliveira Ferreira de Sousa,
Bombeiro Segunda, medalha de bronze; José António Oliveira
Ribeiro, Bombeiro de Segunda, medalha de bronze, Custódio José

Carvalho, Bombeiro Segunda, medalha de bronze, José Carlos Parreira da Costa, Bombeiro Segunda, medalha de bronze; João Maria dos Prazeres Correia, Bombeiro Segunda, medalha de bronze; José de Jesus, Bombeiro Terceira, medalha de bronze; Cosme Gabriel Leandro Napier, Bombeiro de Terceira, medalha de prata; João José Gomes da Silva Alves, Bombeiro Terceira, medalha de bronze; José de Sá Azenha, Bombeiro de Terceira, medalha de prata; José Alberto Vitorino, medalha de Ouro."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou quantas pessoas é por cada grau.-----

-----O Senhor Vice-Presidente respondeu que são treze pessoas com grau de bronze, quatro com grau de prata e um com grau de ouro.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Para que fique registado em acta, recorde que o regulamento que rege a atribuição das Medalhas Municipais foi alterado há cerca de dois anos. Segundo essa alteração, não caberá ao Executivo o ónus de atribuir condecorações Municipais, mas sim à Assembleia Municipal. Essas alterações ao Regulamento já foram aprovadas pela Assembleia Municipal, falta promover a discussão pública definitiva, que na minha opinião já deveria ter sido feita há muito tempo. Porque entendo que deve ser a Assembleia Municipal a tomar essas decisões cabendo ao órgão Executivo a capacidade de as propor."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse: "Quero realçar que o Regulamento que está em vigor permite à Câmara atribuir estas medalhas e que não teria sido possível ter sido aprovado pela Assembleia Municipal, sem antes ter sido submetido a inquérito público."-----

-----Posta à votação por escrutínio secreto, foi aprovada por unanimidade a lista proposta. -----

-----ACÇÕES NA ÁREA DO AMBIENTE - O Senhor Vice-Presidente apresentou as acções desenvolvidas na área do ambiente, como segue: "Auditorias energéticas com os edifícios Paços do

Concelho, Biblioteca e Piscinas (três edifícios que aderiram à Hora do Planeta);-----
-----Implementação da Auditoria Energética à iluminação exterior da EB 2,3 de Fazendas de Almeirim - Reduções de oitenta e cinco por cento de consumo;-----
-----Introdução do conceito de iluminação Fotovoltaico no Parque Infantil Quinta de S. Miguel;-----
-----Distribuição dos "Trisacos", através do processo de Ecotroca - Cinco de Junho - Dia Mundial do Ambiente;-----
-----Apresentação da parceria entre a Câmara Municipal de Almeirim, Escola Secundária Marquesa de Alorna e Electrotejo, iniciada na Semana Europeia da Mobilidade;-----
-----Inicio da construção do Ecocentro na Zona Industrial de Almeirim;-----
-----Exposição "A reciclagem passada ao papel" feita com trabalhos de alunos do Primeiro Ciclo e em colaboração com a Valormed;-----
-----Festa final do projecto Eco-Escola onde a Câmara Municipal de Almeirim é parceira - Dia dois de Junho.-----
-----Iniciativas e distribuição de informação pelas Escolas Básicas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância no dia cinco de Junho - Dia Mundial do Ambiente."-----
-----O Executivo tomou conhecimento.-----

-----PROPOSTA DE LOUVOR - O Senhor Vice-Presidente apresentou a seguinte proposta: "O Projecto de Educação Tecnológica, PET - Vinte e Um, é hoje uma realidade prática. Com o inicio de um programa piloto no ano lectivo dois mil e sete - dois mil e oito foi possível criar as bases para o alargamento a todos os alunos do Primeiro Ciclo no ano que agora está a chegar ao fim.-----
-----Fruto do trabalho abnegado de várias pessoas e entidades foi possível criar um projecto único no País, cujos resultados se podem observar no gosto que os jovens têm ao aprender com as novas tecnologias.-----
-----Se é verdade que foi a autarquia a dar o primeiro passo,

foi a adesão de toda a comunidade escolar que nos coloca no patamar que hoje nos encontramos.-----

-----Assim é justo reconhecer e louvar publicamente todos os professores envolvidos neste projecto, que numa época conturbada na área da educação estiveram sempre disponíveis, a qualquer hora, fosse feriado, fim-de-semana ou dia útil para as formações indispensáveis ao bom andamento do PET - Vinte Um. Gostaria ainda de salientar o empenho e espírito de entreatajuda que existiu por parte dos dois Agrupamentos de Escolas, o de Febo Moniz e o de Fazendas de Almeirim, do CRIAL e do Centro de Competência TIC do Instituto Politécnico de Santarém.-----

-----Por último uma referencia muito especial para o Dr. António Pisco e para a Professora Fátima Guia, respectivamente responsáveis, técnico e pedagógica, que sem eles, sem a sua capacidade de trabalho e dedicação à causa pública este excelente projecto, nunca teria saído do papel.-----

-----Por tudo isto é justo e merecido um louvor desta autarquia a todos aqueles que tornaram este programa uma realidade de sucesso no ensino dos nossos jovens do Primeiro Ciclo."-----

-----Posta à votação a proposta acima referida, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Centro Amador Desporto e Cultura de Almeirim - Secção de Karaté, setecentos e cinquenta euros, para apoio à realização da III Taça de Karaté, Cidade de Almeirim; Rancho Folclórico "Os Camponeses" da Raposa, quatrocentos e cinquenta euros, para apoio à realização do Festival de Folclore Infantil; Rancho Folclórico de Paço dos Negros, dois mil e quinhentos euros, para as comemorações das Bodas de Prata; Banda Marcial de Almeirim, oitocentos e cinquenta e nove euros, para aquisição de camisas e emblemas; Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, duzentos e setenta euros, para apoio à inscrição no curso treinadores de Futsal; para a deliberação que se segue

ausentou-se o Senhor Vereador Francisco Maurício por se encontrar legalmente impedido - Hóquei Clube "Os Tigres", quinhentos e vinte e cinco euros, para apoio às inscrições na Associação de Patinagem do Ribatejo e Federação Portuguesa de Patinagem; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo - novecentos e dez euros, para reparação de viaturas; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Ciclismo - cento e setenta euros, para pagamento de pedido de licenciamento e de seguro de responsabilidade civil do passeio realizado a dez de Maio último; Grupo Desportivo Raposense, trezentos euros, para apoio à realização da Segunda Maratona dos Tigres do Pedal; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo - mil e quinhentos euros, para aquisição de varas para salto com vara; Associação Desportiva Fazendense, quinhentos euros, para pagamento de despesas; Shotokan - Portugal Associação, oitocentos e dois euros e cinquenta cêntimos, para apoio aos praticantes da modalidade em deslocação a Inglaterra e Tunísia; Bombeiros Voluntários de Almeirim - Para esta deliberação ausentou-se o Senhor Vice Presidente, por se encontrar legalmente impedido. Proceder à transferência de dois mil euros mais IVA, para apoiar na alimentação fornecida aos convidados, no dia seis de Junho corrente, aquando da comemoração do sexagésimo aniversário dos Bombeiros Voluntários de Almeirim. Proceder ainda à transferência de dois mil e quinhentos euros, para aquisição de equipamentos de protecção individual; Fraterna Ajuda Cristã, quinhentos euros, para continuação da sua actividade.-----

-----União Futebol Clube de Almeirim - Foi presente o pedido da União Futebol Clube de Almeirim, onde solicitam apoio para manutenção da relva do estádio, bem como ajuda para aquisição de tintas para pintura do mesmo.-----

-----A Câmara deliberou apoiar na manutenção da relva, e também atribuir tintas para a pintura do campo.-----

-----TRANSITO - Foi presente o ofício da Junta de Freguesia de Raposa, onde solicitam colocação de lombas e uma passadeira de peões no centro urbano da Raposa, mais concretamente nos seguintes locais:-----

-----Rua da Escola, duas lombas, nas proximidades da EBI;-----

-----Rua de Baixo, uma lomba na zona da estação da Portugal Telecom;-----

-----Rua da Pinheira, duas lombas, nesta mesma Rua junto aos sanitários públicos, uma lomba com passadeira.-----

-----Posto o assunto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----PONTE DA RAPOSA - o Senhor Vice-Presidente apresentou o desenho de sinal temporário, para colocação na Ponte da Raposa, indicativo de "Transito Proibido", com as respectivas excepções.-----

-----Posto o desenho à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----SINALIZAÇÃO DE TRANSITO - O Senhor Vice Presidente, apresentou a proposta que a seguir se transcreve: "Atendendo ao facto de vários munícipes nos terem chamado a atenção para a circulação na Rua Conde da Taipa em Almeirim.-----

-----Atendendo ao facto de essa rua ser bastante movimentada, inclusive com transito pesado devido à localização de certos comércios.-----

-----Proponho que se coloque um sinal de proibido parar e estacionar, nos dias úteis, entre as oito e as vinte horas, no lado direito da Rua Conde da Taipa, no sentido, Rua de Alpiarça/ Rua J. César Henriques, imediatamente após o entroncamento com a Rua da Quintinha."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a colocação de sinalização de transito acima referida.-----

-----COLOCAÇÃO DE BARREIRAS- O Senhor Vice Presidente, apresentou a sua proposta do seguinte teor, relativo à colocação de barreiras sinalizadoras:-----

-----"Colocação de barreiras sinalizadores flexíveis, na Estrada Municipal quinhentos e setenta e oito, junto à chamada "curva das canas". Esta colocação será feita na zona do duplo traço contínuo, no eixo da via. O objectivo é sinalizar convenientemente uma zona de muitos acidentes."-----

-----Posta a proposta à votação, foi a mesma deliberada aprovar por unanimidade.-----

-----ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRAFICA DO TEJO I.P.- A Câmara tomou conhecimento do teor do officio emanado pela instituição acima referida, onde é informado da prorrogação do prazo para a regularização dos títulos de utilização dos recursos hídricos.--

-----UNIAO HUMANITARIA DOS DOENTES COM CANCRO - A Câmara tomou conhecimento do officio da União Humanitária dos Doentes com Cancro, e da sua actividade.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes quatro comunicações do Gabinete de Acção Social, onde são descritas as respectivas situações dos agregados familiares, e que a seguir se resumem, bem como a deliberação correspondente:-----

-----Pedido de apoio para construção de casa de banho, em nome de José António Duarte Alves, residente na Rua do Gabirra, Foros de Benfica. Família constituída por casal e duas filhas maiores. O senhor aufera o rendimento de setecentos e cinquenta euros, a esposa é trabalhadora rural que neste momento se encontra sem trabalho e as duas filhas também desempregadas. Solicitam apoio da Câmara para concluir as obras da casa de banho que após denúncia, por não a terem, e utilizarem um buraco a céu aberto, foram obrigados a construir. Neste momento e estando a obra da casa de banho quase concluída, estando em falta a parte da canalização e da colocação de uma porta e janela, solicitam a

intervenção do Sr. António Pinto e José Manuel, funcionários da Autarquia para o encaminhamento necessário para a conclusão da obra.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar.-----

-----Pedido de apoio para melhoria das condições habitacionais, de Manuela Ferreira Fitas, residente na Rua do Moinho em Paço dos Negros. A Senhora Manuela, reformada aufera de duzentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos e cento e trinta e quatro euros e setenta e sete cêntimos de pensão de viuvez. Vivem com a Senhora a filha e um neto. A filha funcionária da Autarquia tem de rendimento o valor de cerca de quinhentos e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos. A habitação é própria, mas de reduzida dimensão, pois só possui dois quartos, o que não permite um espaço próprio para o neto. Quanto ao estado de conservação, necessita de alguns melhoramentos, nomeadamente de vidros partidos substituídos.-----

-----Exposta a situação e posta a votação, a Câmara deliberou pedir ao Sr. António Grilo, funcionário da autarquia, para fazer o levantamento da situação.-----

-----Pedido de apoio para construção de sala, em nome de José Guilherme, Rua dos Piricas, em Fazendas de Almeirim. O Senhor solicita apoio para a construção de uma sala, por entender que o espaço é reduzido para ele, esposa e filha, pois só tem dois quartos e uma cozinha com espaço para refeições, sendo que um dos quartos já foi construído com o apoio do projecto ASCA. O Sr. José é reformado por invalidez e tem uma pensão de duzentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos. A esposa é trabalhadora rural, não obtendo desta forma um rendimento certo. É referido que durante a visita das Técnicas de Acção Social, foi constatado haver algum litígio entre os restantes familiares que partilham o espaço, para além de que o pai não está em total concordância com a construção.-----

-----A Câmara deliberou solicitar ao Sr. António Grilo o levantamento dos custos.-----

-----Em nome de Suzete Sampaio Alfaiate Leonor Troca, residente

na estrada Vale Barrocas, 14 em Fazendas de Almeirim, foi solicitado apoio à Autarquia para pagamento de dívida de água, no valor de cento e cinquenta e dois euros e noventa cêntimos. A Senhora recebe pensão de sobrevivência do marido já falecido, de quinhentos euros. É doente de Parkinson, fazendo vários internamentos no serviço de psiquiatria do Hospital de Santarém, além de ter dois filhos maiores, ambos toxicodependentes. A Senhora não consegue fazer face às despesas que tem.-----

-----A Câmara deliberou apoiar o pagamento de cento e cinquenta e dois euros e noventa cêntimos, para abater na referida dívida.-----

-----COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS - Foi novamente presente o projecto de Regulamento Municipal apresentado pelo Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos e exarado na acta de dezoito de Maio do corrente ano.-----

-----o Autarca, disse que apresentou esta proposta, porque as reformas da maior parte da população não são suficientes para pagar os medicamentos. A longevidade e os poucos recursos económicos não são suficientes para colmatar as necessidades de saúde desta faixa etária. Actualmente já se fala da quarta idade e o PSD entende que em primeira linha cabe aos Serviços Sociais do Município de Almeirim intervir nesta matéria, afirmou o Senhor Vereador proponente.-----

-----O Vice-Presidente disse que leu a proposta do Vereador do PSD, e verificou que entrou hoje em vigor o Decreto-Lei nº 129/2009 que impõe que sejam adoptadas medidas que apõem as famílias e, em particular, os mais idosos. Desta forma o Governo tornou os genéricos gratuitos para os idosos que tenham um rendimento mínimo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Tenho consciência que a classe médica tem alguma reticência de receitar genéricos, até porque, a grande maioria dos medicamentos não tem genéricos, como é o caso do Plavix."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a generalidade do projecto, com a indicação que deverá ser novamente discutido no próximo mês, uma vez que entrou hoje em vigor uma medida semelhante por parte do Governo.-----

-----O mesmo Autarca apresentou o seguinte requerimento: "Elaboração de lista nominativa e de transição dos trabalhadores do Município de Almeirim - artigo cento e nove da Lei nº 12-A/2009, de vinte e sete de Fevereiro.-----

-----Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/ PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Código do Procedimento Administrativo, e alínea a) do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar a V. Exa. o agendamento do ponto: «Elaboração da lista nominativa e de transição dos Trabalhadores do Município de Almeirim - artigo 109º da Lei nº 12-"/2009, de 27 de Fevereiro" com base nos seguintes fundamentos:-----

-----A Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), que define e regula os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, estatui que o novo regime de carreiras é aplicável aos trabalhadores da Administração Local, conforme dispõe o nº 2 do artigo 3º.-----

-----Nessa medida, em regra, os trabalhadores em exercício de funções públicas no Município de Almeirim deverão transitar para as novas carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, conforme previsto no artigo 49º da LVCR.-----

-----Contudo, prévio à transição para as novas carreiras, a entidade empregadora pública (Município de Almeirim) deve proceder ao reposicionamento remuneratório dos trabalhadores face à Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, nos termos do previsto no artigo 104º e seguintes da LVCR, o que não ocorreu.-----

-----Após o referido reposicionamento, e tendo em vista a

transição para as novas carreiras, a Câmara Municipal de Almeirim, entenda-se o Presidente da Câmara de Almeirim, deveria ter procedido à elaboração da lista nominativa com o fim de dar corpo à nova nomenclatura de carreiras na Administração Pública.-----

-----Ora, sem prejuízo da LVCR não estipular um prazo legal para elaboração da lista nominativa e de transição (vide artigo 109º), as orientações definidas pelos organismos com responsabilidades directas nesta matéria, apontam para a elaboração da mencionada lista até trinta e um de Março de dois mil e nove, o que aparentemente não foi cumprido pelo Município.-----

-----Presume-se esta situação, dado que, até ao presente momento, a lista não foi publicada na página electrónica do Município.-----

-----Apesar de a gestão de recursos humanos do Município competir ao Presidente da Câmara de Almeirim, não se deixa de referir que esta transição conexas-se naturalmente com o mapa de pessoal do Município, o qual é aprovado pelo Executivo Municipal.-----

-----Por outro lado, esta matéria - a transição de carreiras - não se reconduz a uma mera gestão corrente e regular dos recursos humanos do Município, dado que se trata de uma alteração profunda na vida profissional dos trabalhadores, pelo que a Câmara Municipal deveria ter tomado conhecimento prévio da lista antes da publicação.-----

-----Refira-se que esta actuação enquadrar-se-ia no princípio da transparência e lealdade política que deve existir entre os membros de um órgão colegial, pelo que não se pode conceder que os vereadores (até mesmo "os da oposição"), não tenham conhecimento duma matéria que tem impacto global na organização e acima de tudo nos trabalhadores do Município.-----

-----Apesar do enquadramento jurídico-político referido, o PSD/Almeirim desconhece quais foram as diligências (caso tenham havido) do Sr. Presidente da Câmara para proceder à transição

dos trabalhadores para as novas carreiras e posições remuneratórias, bem como as medidas tomadas para avaliar as restantes matérias associadas à gestão dos recursos humanos, tais como: suplemento remuneratório, pagamento de horas extraordinárias, acumulação de funções, modalidades de horário de trabalho, benefícios sociais aos trabalhadores, preenchimento de postos de trabalho.¹-----

-----Ora, independentemente dos passos legais a adoptar, o PSD/Almeirim manifesta, desde já, a sua preocupação pelos indícios da ausência informação e comunicação junto dos trabalhadores, dado que a transição implica uma nova situação profissional de um novo regime jurídico, o qual deveria ser dado a conhecer, em traços gerais, a todos os trabalhadores.-----

-----Ciente que a actuação dos membros dos órgãos autárquicos vincula-se ao princípio da legalidade e que o Estatuto dos Eleitos Locais vincula todos os vereadores a pugnar pela boa aplicação de todos normativos existentes, o PSD/Almeirim manifesta o seu protesto pela ausência de informação sobre todas estas matérias e o silêncio do Sr. Presidente da Câmara junto dos trabalhadores.-----

-----Dada a boa cooperação institucional que deve existir (que não tem existido por parte do PS) entre os membros dos órgãos autárquicos, a Vereação do PSD/Almeirim disponibiliza-se para cooperar na adopção dos procedimentos previstos na LVCR, bem como na implementação atempada da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (SIADAP).-----

-----Face aos motivos que antecedem, e a prerrogativa prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicito o agendamento do ponto acima identificado.-----

-----Paços do concelho, 20 de Abril de dois mil e nove. O Vereador do PPD/PSD, Assinado."-----

¹ Refira-se que a Lei do Orçamento de Estado para 2009 prevê que a existência de contratos de avença no Município ou a intenção de contratar em regime de avença implica o reconhecimento da necessidade de proceder a um recrutamento de pessoal através do estabelecimento de uma relação jurídica de emprego pública (e.g.a existência de um contrato de avença com um veterinário municipal (aposentado) obriga a que o Município proceda à abertura de um procedimento concursal.)

-----A Câmara deliberou retirar este assunto, uma vez que a informação pretendida foi entregue ao Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício solicitou que também lhe seja fornecida a cópia do documento entregue ao Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e trinta minutos o Senhor Vice Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim,
elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

----Vice Presidente da Câmara, _____ A Assistente Administrativa